

GRANDES TEMAS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

2

ANTONELLA CARVALHO DE OLIVEIRA
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

ANTONELLA CARVALHO DE OLIVEIRA

(Organizadora)

Grandes Temas da Educação Nacional

2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G752 Grandes temas da educação nacional 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018. – (Grandes Temas da Educação
Nacional; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-29-1

DOI 10.22533/at.ed.291180509

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Professores – Condições de trabalho. 4. Professores – Formação.
I. Oliveira, Antonella Carvalho de. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO CHILENA SOB A LÓGICA DE MERCADO VISTA COMO VITRINE PARA AMÉRICA LATINA	
<i>Lorena Mariane Santos Rissi</i>	
<i>Soraia Kfoury Salerno</i>	
<i>Renata Karolyne Monteiro</i>	
<i>Katia Fernanda de Oliveira Borges</i>	
CAPÍTULO 2	12
A UTILIZAÇÃO DAS NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS COMO MÉTODO DE COMPREENSÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE UMA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO	
<i>Jean Prette</i>	
CAPÍTULO 3	28
AVALIAÇÃO DO ENSINO DE PSIQUIATRIA E DE SAÚDE MENTAL NA GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM: REVISÃO DE LITERATURA	
<i>Anaísa Cristina Pinto</i>	
<i>Sônia Barros</i>	
<i>Lara Simone Messias Floriano</i>	
<i>Suellen Vienscoski Skupien</i>	
CAPÍTULO 4	39
CONSIDERAÇÕES SOBRE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA NO BRASIL: TRAÇANDO UM CAMINHO ACERCA DOS ELEMENTOS DE CIENTIFICIDADE	
<i>Renata Peres Barbosa</i>	
CAPÍTULO 5	51
DECOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO E A LEI 10.639/03 DIANTE DA INTERCULTURALIDADE FUNCIONAL ORIENTADA PELAS POLÍTICAS INTERNACIONAIS	
<i>Débora Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 6	67
GESTÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS	
<i>Giselle Ferreira Amaral de Miranda Azevedo</i>	
<i>Abraão Neiver de Miranda Azevedo</i>	
CAPÍTULO 7	78
O PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETOR COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA E RESULTADOS ESCOLARES	
<i>Marcus Quintanilha da Silva</i>	
<i>Danieli D'Aguiar Cruzetta</i>	
CAPÍTULO 8	93
OS SABOTADORES DO ÍNDICE IDEB	
<i>Laurentino Lúcio Filho</i>	
CAPÍTULO 9	97
SERIAÇÃO E PROGRESSÃO CONTINUADA: UMA FRATURA EXPOSTA DO SISTEMA DE ENSINO	
<i>Vicente de Paulo Morais Junior</i>	
CAPÍTULO 10	110
A ATUAÇÃO DE UMA PROFESSORA INICIANTE NA VISÃO DE ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA: O PAPEL DO PROJETO BOLSA ALFABETIZAÇÃO NA FORMAÇÃO INICIAL	
<i>Marli Amélia Lucas de Oliveira</i>	

Maysa do Carmo Santos
Natasha Medeiros de Oliveira
Djuli Kriczvi Cuchinierk

CAPÍTULO 11..... 122

A EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA: SOB A ÓTICA DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS

Deniele Pereira Batista
Menga Lüdke

CAPÍTULO 12..... 138

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EJA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Severina Ferreira de Lima
Márcia Cristina Araújo Lustosa Silva

CAPÍTULO 13..... 148

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

Okçana Battini- UNOPAR
Cyntia Simione França_ UNOPAR
Sandra Regina dos Reis - UENP

CAPÍTULO 14..... 158

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR: INICIATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG

Isabella Rodrigues da Cunha e Paula
Melchior José Tavares Júnior

CAPÍTULO 15..... 170

ERA UMA VEZ AQUI E ACOLÁ... HISTÓRIAS DO MUNDO NÓS VAMOS CONTAR! – RELATO DE EXPERIÊNCIA DE OFICINAS DE FORMAÇÃO LITERÁRIA COM ACADÊMICAS DO CURSO DE PEDAGOGIA

Helton Roberto Real
Miriam Margarete Weber
Rúbia de Cássia Cavali
Viviane Cristina Medeiros

CAPÍTULO 16..... 180

OPERACIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO: COM A PALAVRA, PROFESSORES EM FASE FINAL DE CARREIRA

Simone Genske
Rita Buzzi Rausch

CAPÍTULO 17 196

OS CURRÍCULOS PRATICADOS E (RE)CRIADOS NO COTIDIANO DE PROFESSORAS INICIANTES

Joelson de Sousa Moraes
Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento
Nadja Regina Sousa Magalhães

CAPÍTULO 18..... 208

REFLEXÕES EDUCOMUNICATIVAS SOBRE CINEMA E MÍDIA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

Bruna Donato Reche
Ademilde Silveira Sartori
Monalisa Pivetta da Silva

GESTÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS

Giselle Ferreira Amaral de Miranda Azevedo

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

São Luís – MA

Abraão Neiver de Miranda Azevedo

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

São Luís – MA

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar a gestão da educação brasileira fazendo uma retrospectiva histórica sobre a organização da educação no país, iniciando na década de 1930, período da ditadura militar com forte prevalência do ensino profissional destinado as classes mais pobres, com ênfase na fragmentação do saber e no fortalecimento da divisão social perpassando pelos estudos iniciais da administração escolar, a qual sofreu forte impacto da administração clássica, pautada nos referenciais da administração empresarial. Este movimento acompanhou a reabertura política no Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, em que trouxe para os debates acadêmicos os discursos de uma educação pública de qualidade e de uma gestão escolar democrática, perpassando pelas reformas educacionais dos anos 90 e os impactos que essas reformas trouxeram para a gestão da educação. Nesse trabalho defendemos uma concepção de educação transformadora, sendo esta um meio para a construção de uma

sociedade mais justa, cuja referência seja o ser humano e não exclusivamente o capital.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Educacionais, Gestão escolar, Educação transformadora.

ABSTRACT: This article aims to analyze the management of Brazilian education by making a historical retrospective on the organization of education in the country, beginning in the 1930s, a period of military dictatorship with a strong prevalence of professional teaching for the poorest classes, with an emphasis on the fragmentation of to know and the strengthening of social division, passing through the initial studies of the school administration, which suffered had strong impact of the classic administration, based on the references of business administration. This movement accompanied the political reopening in Brazil, with of the promulgation of Federal Constitution of the 1988, in which brought for academic debate, the discourses of the quality public education and of a democratic management school. In this work we defend an conception of transforming education, being this a way for a construction of than one more fairer society whose reference be humans being and not exclusively the capital.

KEYWORDS: Education Policies, School Management, Transformative education.

1 | INTRODUÇÃO

Estudar educação e compreendê-la não é algo simples, pelo contrário é complexo e requer estabelecer relações com aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos, históricos e jurídicos que influenciam na determinação das políticas educacionais, pois estas não são neutras e estão relacionadas com a totalidade dos processos sociais. “A história nos ensina que a reconstrução de um caminho implica um processo de desconstrução que não apaga as marcas, ocultas ou manifestas, das construções anteriores” (SANDER, 1995, p. 13). Logo, compreendemos que a educação é um processo histórico de construções e desconstruções, fruto de determinantes externos e internos dos mais variados, sendo constituída e constituindo quem dela se utiliza, sempre em busca de uma transformação social ou da reprodução de interesses particulares e manutenção de um determinado *status quo*.

A história da educação brasileira, sempre foi marcada pela dualidade educacional, onde estão em voga dois paradigmas divergentes, de um lado estão os defensores de uma educação elitista direcionada a formação e perpetuação da classe dominante através do acesso ao ensino superior (podemos aqui chamar do grupo de conservadores ligados ao setor urbano-industrial) estes também defendem uma educação voltada para a formação técnica profissional, destinada as classes menos abastadas, pois as escolas profissionais foram criadas para os filhos dos trabalhadores. E do outro lado estão os defensores de uma educação de qualidade para todos, independentemente de credo, raça ou condição social. Essas disputas entre concepções de educação se efetivam nas práticas escolares, na organização dos currículos e conteúdos estabelecidos, nas formas de gestão e organização das escolas públicas, e de maneira mais ampla nos interesses e disputas entre classes sociais.

Faz-se mister realizar uma retrospectiva histórica da organização da educação no Brasil, para que se compreenda que as disputas entre concepções de educação não é algo novo. Desta forma observa-se que já na constituição de 1937 se evidenciava uma forte centralização que perpassou por todos os setores sociais. No campo educacional houve uma abertura ao setor privado, pois o Estado ficou sem a responsabilidade de assegurar educação, mesmo sendo da competência da união fixar diretrizes educacionais. O foco destinou-se ao ensino profissional direcionado às classes mais marginalizadas, com o discurso de qualificação dos mais pobres através da formação de força de trabalho especializada para atuar na indústria emergente. A Reforma Capanema ¹(1942) foi um exemplo disso, além da formação de força de

¹ Freitas (2009) destaca que “ Em 1934, o mineiro Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde. Sua atuação e sua disponibilidade para tecer tramas políticas nos bastidores repercutiram muito em ambos os campos de atuação do Ministério. Capanema alimentou inúmeras estratégias de mobilização e organização das autoridades responsáveis pela educação em todas as esferas de poder governamental. Planejou, por exemplo, a realização de conferências anuais de educação, envolvendo membros do governo federal e dos governos estaduais. A forma de conduzir a interlocução com os vários protagonistas do campo educacional evidenciava, desde o início, a predisposição do ministro e de seu ministério no sentido de conduzir ao centralismo político e, depois, com centralismo político conduzir”. (p.109)

trabalho especializada, que atendia as orientações estabelecidas pelo Estado Novo, esta reforma enfatizou o ensino elitista com a criação da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto Lei nº4.244 de 09/04/1942), que reforçava o ensino clássico e visava preparar a classe dominante ao ensino superior e a inculcar a ideologia nacionalista de cunho fascista, através do ensino da disciplina educação moral e cívica que perpetuou durante anos nos currículos das escolas brasileiras. Capanema almejava através dessa disciplina ampliar a influência do Governo Vargas na educação propondo uma formação dos cidadãos fundamentada na disciplina, no sentimento do dever, na resignação nas adversidades nacionais e na exaltação da pátria.

Nesse contexto Félix (1989) ressaltou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) com objetivo de oferecer serviços de educação profissional, atendendo a realidade empresarial. Pela primeira vez foi criada uma instituição que estabelecia uma relação muito próxima com a educação, pois visava atender uma realidade de crescente industrialização que necessitava de força de trabalho qualificada.

Ainda segundo Félix (1989) sobre os objetivos empresariais na criação do SENAI, durante o governo de Getúlio Vargas, chegou-se a pensar acerca da criação de uma Universidade direcionada ao trabalho, como mais uma forma de preparar trabalhadores para atender ao desenvolvimento da indústria no Brasil. A escola ocupa um papel valoroso, pois terá que formar pessoas para o trabalho prático, as universidades por sua vez continuarão focadas na formação de uma elite, daí a necessidade de se fundar uma universidade especificamente para o trabalho que juntamente com o Senai visavam atender as necessidades de preparar os operários, agricultores, enfim os trabalhadores fabris.

Com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 1938 e com a Comissão Nacional de Ensino Primário ficou em destaque políticas educacionais direcionadas ao ensino técnico, abrindo para atuação dos especialistas em educação defensores do Estado Novo, abrangendo a formação de pessoal para atuar na administração escolar.

Foi nesse contexto que surgiu a administração escolar como disciplina formal no curso de pedagogia do Instituto de Educação do Rio de Janeiro pautada em uma estrutura escolar científica em 1933. Em 1934 a referida disciplina foi estabelecida no currículo escolar do Curso de Especialização de Administradores Escolares do Instituto de Educação em São Paulo. Em 1939 passa também a fazer parte do currículo do

Menezes e Santos (2001) enfatizaram que “O sistema educacional proposto pelo ministro Capanema, correspondia à divisão econômico-social do trabalho. Assim, a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina; uma educação destinada à elite da elite, outra educação para elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande “exército de trabalhadores necessários à utilização da riqueza potencial da nação” e outra ainda para as mulheres. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, realidade moral, política e econômica a ser constituída. (p.1)

Curso de Pedagogia da Universidade do Brasil.

Os técnicos da educação no Estado Novo tiveram um grande destaque, com ênfase no planejamento racional em decorrência do crescimento do capitalismo no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com foco na concepção empresarial.

No governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) o Estado recuou no que diz respeito a uma planificação de suas funções, pois defendeu uma política orientada para o liberalismo econômico através de uma democratização restrita com a repressão de militantes considerados de esquerda. Este governo adotou medidas pautadas na Constituição Federal de 1946, em 1948 foi encaminhado à Câmara Federal um projeto intitulado Projeto da Reforma Geral da Educação Brasileira que valorizou exatamente aquilo que a Constituição Federal de 1937 havia omitido, ou seja, é dever do Estado garantir educação através da aplicação dos recursos federais, estaduais e municipais, embora destacasse o princípio da descentralização no âmbito administrativo e pedagógico.

O projeto de lei que tratava das diretrizes e bases da educação nacional previa uma uniformização para organização do sistema escolar no Brasil, onde a união seria responsável em organizar e administrar no âmbito federal e territorial os sistemas educacionais. Observou-se nesse momento uma luta entre duas concepções divergentes diante desse projeto de um lado estavam os conservadores representados pelos que defendiam a centralização do sistema escolar e do outro lado os progressistas que defendiam a descentralização e a democratização do ensino entendida como de responsabilidade do governo federal através da propagação da educação pública para todos.

Em 1950 houve o retorno de Getúlio Vargas ao poder marcado pela retomada do desenvolvimento da economia com o apoio de grupos ligados a indústria. A economia brasileira dava indícios de dependência do capital estrangeiro, o que dificultava a construção de um modelo de capitalismo autônomo, independente dos grupos empresariais estrangeiros.

Logo, toma força no sistema econômico brasileiro o discurso da administração racional, como forma do Brasil alcançar e acompanhar o desenvolvimento a nível mundial. Foram empreendidas medidas pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL)², através de técnicos especializados em assessorar governos latino-americanos no desenvolvimento econômico e na elevação da competitividade desses países a nível mundial.

2 Sobre a CEPAL, Oliveira (2006) destaca: “A Cepal estabelece como prioridade à reestruturação produtiva dos países da América Latina e do Caribe um maior investimento em formação de recursos humanos e atrela esse dispêndio a uma constante avaliação da sua eficiência. Nesse sentido, é de se esperar que, no conteúdo dos seus documentos- produzidos por toda década de 1990-, encontraremos recomendações de políticas e de reformas que, ao serem sugeridas, tenham sido postas em prática nas ações educativas formuladas e implementadas pelos governos desta região. Para a Cepal, a importância da educação como propulsora de novas mentalidades e de novas práticas pode ser devidamente comprovada em função da intensificação do debate internacional sobre a necessidade de se reformularem os sistemas educacionais, de maneira a torná-los coetâneos das grandes mudanças no setor produtivo e das transformações decorrentes de uma competição a nível global” (pgs.17,34)

Essa racionalização empregada no sistema econômico- industrial, adentrou ao espaço educacional brasileiro, tornando-se claro a articulação entre administração escolar e capitalismo. Pois como já foi evidenciado acima a educação sofre influências da sociedade, da economia, da cultura, da história.

Nesse contexto o Estado adota a política da burocratização, como uma das exigências do capital nacional e estrangeiro que impacta em diversos setores da sociedade, desta forma surge à necessidade de formação de profissionais mais modernizados e com foco na racionalização dos recursos, a educação passa a está diretamente ligada aos interesses mercadológicos, a escola brasileira deveria tornar-se cada vez mais especializada para produzir mais e melhor.

As mudanças propostas nesse contexto econômico e político pelo qual o Brasil passava teve reflexos consideráveis na educação a exemplo da reforma universitária de 1968 e a reforma de 1º e 2º graus em 1971. Essas reformas tinham como objetivo fundamental organizar o sistema educacional brasileiro de forma mais racional, para acompanhar o desenvolvimento da economia e a escola seria uma das instituições responsáveis por produzir essa racionalização.

Saviani (2008) ressalta:

Configurou-se, a partir daí a orientação que estou chamando de concepção produtivista de educação. Essa concepção adquiriu força impositiva ao ser incorporada à legislação do ensino no período militar, na forma dos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, com os corolários do máximo resultado com o mínimo dispêndio e não duplicação de meios para fins idênticos (p. 297).

Fica evidente que a reforma universitária de 1968 regulamentada pelo decreto n. 464, de 11 de fevereiro de 1969 objetivava atender aos ajustes impostos pelo golpe militar de 64, através da formalização de uma concepção de educação mercadológica, produtivista, formadora de força de trabalho para atender a crescente economia que estava de acordo com as ordens capitalistas. Desta forma o governo assume como política educacional o estímulo a privatização também da educação superior, pois não estava mais interessado investir recursos nessa modalidade de ensino, focando seus investimentos em áreas que se adaptassem a realidade emergencial das empresas capitalistas.

Observa-se que já na década de 60 a privatização do ensino começa a ganhar força, onde o próprio setor público começa a enfraquecer e a perder espaço para um discurso privatista e mercantil da educação, o que irá impactar na forma de administrar as escolas públicas, na formação de alunos para atender ao mercado de trabalho partindo de critérios estabelecidos e efetivados pelo mundo empresarial.

A escola precisava torna-se produtiva para atender ao modelo de governo adotado. As universidades tiveram como foco a organização de cursos que preparassem pessoas para atender as necessidades do mercado. Os currículos atendiam quase que exclusivamente a formação técnica, as áreas humanas ficaram marginalizadas e

houve uma queda considerável do mercado de trabalho para profissionais das ciências sociais, criando uma categoria de subempregados.

O sistema educacional estava cada vez mais acentuando a divisão social através da separação entre uma formação para o controle, para o trabalho intelectual e uma formação para o trabalho manual. De um lado estavam os que eram formados para desenvolverem atividades de planejamento e do outro, os que deveriam apenas executar. Essa organização tomou conta do sistema escolar brasileiro, com políticas de administração escolar hierarquizadas, com planejamentos e avaliações técnicas direcionadas para produzir mais e melhor, fortalecendo assim a concepção capitalista de divisão do trabalho dentro do ambiente escolar.

Fundamentado no pensamento de Mészáros (2008), podemos dizer que esse tipo de

abordagem é *elitista* mesmo quando se pretende democrática. Pois define tanto a educação como a atividade intelectual, da maneira mais tacanha possível, como a única forma certa e adequada de preservar os “padrões civilizados” dos que são designados para “educar” e governar, contra a “anarquia e a subversão”. Simultaneamente, ela exclui a esmagadora maioria da humanidade do âmbito da ação como sujeitos, e condena-os, para sempre, a serem apenas considerados como objetos (e manipulados no mesmo sentido), em nome da suposta superioridade da elite “meritocrática”, “tecnocrática”, “empresarial”, ou o que quer que seja. (p. 48).

Dessa configuração depreende-se que o sistema educacional tinha como um dos principais objetivos perpetuar a classe operária em uma condição sub-humana, como objetos dentro do embate do jogo político, no conjunto das diferentes forças político-ideológicas que perpassam os interesses de classes presentes na sociedade brasileira.

2 | CAPITALISMO E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A problematização desse estudo compreende que a administração escolar não se consolida no vazio, desta forma relaciona-se no tempo, no espaço onde é construída. Para analisá-la é necessário buscar o contexto histórico, econômico e social onde se efetiva, pois é pensada para atender as concepções e interesses de grupos sociais diversos. Paro (2010), corrobora com a referida afirmação quando destaca que a educação não acontece dissociada do contexto histórico social presente, pois é resultado de uma “longa evolução histórica, e traz a marca das contradições sociais e dos interesses políticos em jogo na sociedade” (p. 24).

Frigotto (2010) ressalta:

A educação, quando apreendida no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ela mesma constituída e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como campo da disputa hegemônica. Esta disputa dá-se na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos educativos na escola e, mais amplamente, nas diferentes esferas da

Sendo a educação campo de disputas de diferentes concepções, que trazem interesses diversos, conforme destacado por Paro e Frigotto, a administração da escola não foge a essa configuração, pois está profundamente ligada ao todo social, econômico e político de onde recebe e ao mesmo tempo exerce influência. Esta é resultado de uma histórica evolução, sendo marcada pelos impactos sociais e políticos presentes em uma determinada sociedade.

É fundamental compreender que o conceito de administração em um sentido mais amplo é uma atividade em sua essência especificamente humana, pois somente o homem é capaz de estabelecer racionalmente o uso de recursos para atingir seus objetivos já estabelecidos previamente. Os outros animais irracionais também realizam atividades, mas claro diferentes dos homens principalmente no aspecto qualitativo, pois não conseguem ir além das necessidades naturais, condição que lhe é peculiar. Desta forma a administração torna-se uma condição indispensável à vida dos seres humanos, pois ao mesmo tempo em que atua sobre a natureza em seu benefício, precisa interagir com outros homens, não no contexto de dominação, mas no sentido de que só os seres humanos são capazes de criar e recriar conhecimentos que são acumulados historicamente, passando de geração em geração.

Paro (2010) faz uma referência interessante ao destacar:

Se eu, diante da natureza, me reconheço homem pelo domínio que tenho sobre ela, ao deparar-me com meu semelhante, devo obrigatoriamente reconhecer-lhe esta mesma condição. Se o domino, reduzo-o, nesta perspectiva, à condição meramente natural, ou seja, a um ser dominado como a natureza o é por mim. Toda vez, portanto, que se verifica uma dominação sobre o homem, degrada-lhe sua condição de humano para a condição de coisa, identificando-se-lhe, portanto, ao natural, ao não humano (p.36).

Desta citação destaca-se a necessidade de se estabelecer relações horizontais, de diálogo, de trocas e não relações verticalizadas no sentido de coisificação do homem, onde uns mandam e outros obedecem. Para ser uma relação humana precisa ser de cooperação, de troca e não de dominação de um sobre o outro.

No que se refere à coisificação do homem, Manacorda (2010) fundamentado no pensamento de Marx faz um comentário interessante destacando que o trabalho alienado, estranho ao trabalhador, torna-o mais pobre, pois aquilo que deveria ser um trabalho prazeroso, criativo, passa a estar subjugado pelo capital, como “potência estranha” (p. 67), em favor da produtividade. Tal assertiva nos permite deduzir que o homem tem perdido a sua essência em detrimento de algo que lhe é estranho ou imposto, e no campo educacional especificamente na escola, através de práticas administrativas conservadoras têm contribuído para que nossos alunos se tornem mais submissos e tolhidos a um sistema cada vez mais excludente.

Desta forma é de fundamental importância compreendermos que a prática

da administração não é algo novo e sim milenar, em contrapartida seus estudos sistemáticos são recentes, a administração escolar não desenvolveu um arcabouço teórico peculiar, tendo tomado como referência a administração empresarial. Nessa configuração Chiavenato (2003) explica que:

A palavra *administração* vem do latim *ad* (direção, tendência para) e *minister* (subordinação ou obediência) e significa aquele que realiza uma função sob o comando de outrem, isto é, aquele que presta um serviço a outro. No entanto, a palavra administração sofreu uma radical transformação em seu significado original. A tarefa da Administração passou a ser a de interpretar os objetivos propostos pela organização e transformá-los em ação organizacional por meio de planejamento, organização, direção e controle de todos os esforços realizados em todas as áreas e em todos os níveis da organização, a fim de alcançar tais objetivos da maneira mais adequada à situação e garantir a competitividade em um mundo de negócios altamente concorrencial e complexo. A administração é o processo de planejar, organizar, dirigir e controlar o uso de recursos a fim de alcançar objetivos organizacionais (p. 11).

Dessa abordagem compreende-se que o termo administração tem seu significado fundamentado na subordinação de alguém à outra pessoa que comanda um determinado serviço em prol de objetivos já estabelecidos. Administrar, conforme o autor, engloba todos os níveis de uma organização, sempre em busca de assegurar uma maior produtividade, o que conseqüentemente tornará as organizações mais competitivas no mercado.

Baseados nos estudos de Antônio de Arruda Carneiro Leão, a administração escolar fundamentada na administração geral, com base em Henry Fayol, compreende a estrutura administrativa bem organizada na hierarquia dos papéis, pois cada pessoa ocupa uma função previamente determinada dentro da estrutura escolar. Nesse entendimento, o diretor apresenta-se como figura central na administração escolar, pois é ele quem “dirige o trabalho modelador de outras vidas, ajuda a progredir mental e moralmente a comunidade inteira. É o líder, condutor educacional de sua gente, o árbitro nos assuntos de educação” (LEÃO, 1945, p. 158 *apud* DRABACH e MOUSQUER 2009, p 261).

Fica evidente no entender de Leão, que o diretor ocupa um papel centralizador dentro da escola, pois tudo depende das suas decisões, partindo do aspecto técnico, financeiro, contábil, pedagógico-curricular, pois é ele quem organiza e avalia os currículos e programas escolares, adapta os trabalhadores aos seus respectivos locais de trabalho, influenciando até em questões relacionadas com o progresso mental e moral de toda comunidade escolar. Para muitos autores a administração escolar deve obedecer aos princípios e exigências da sociedade capitalista. Essa concepção de organização e administração escolar destacada por Leão é denominada por Libâneo (*et al* 2012, p. 444) de “técnico-científica ou científica racional” onde a burocracia, a centralização/verticalização das decisões, a racionalização, com foco no estabelecimento de metas elaboradas previamente pela direção e pelos técnicos,

sem nenhuma participação dos envolvidos no processo educacional, a ênfase é dada ao trabalho para se atingir as metas já determinadas. Esta concepção valoriza a organização escolar baseada na divisão técnica de cargos e funções, a autoridade e o poder hierárquico exercidos de forma unilateral que não estabelecem nenhum tipo de relações entre si, a ênfase está na execução de tarefas e não na participação das pessoas.

A administração como ciência teve origem na Europa e na América do Norte mais especificamente nos Estados Unidos, onde foi utilizada como forma de organizar os serviços públicos e a produtividade no mercado dos negócios. Sua evolução advém do desenvolvimento do capitalismo, que se deu através da mudança na forma de produção do artesão com seus ofícios para uma forma denominada de manufatureira, através da divisão do trabalho com operações parceladas. Sob essas condições, o trabalho passou a estar direcionado para a produção do lucro, ou seja, mais-valia. De acordo com Sander (1995):

Três movimentos iniciais deram origem à escola clássica de administração no princípio do Século XX: a administração científica nos Estados Unidos, a administração geral na França e a administração burocrática na Alemanha. Seus princípios e práticas iniciais derivaram em concepções universais que se divulgaram rapidamente pelo mundo, incluindo os países da América Latina (p. 3).

Compreende-se que em decorrência dos estudos da administração de empresas seus pressupostos foram considerados aplicáveis em qualquer organização independente do seu contexto social, político e cultural, o que teve reflexos nos fins da educação que passaram a reproduzir uma estrutura fundamentada na eficiência e na eficácia das instituições educacionais, tendo como fundamento o aspecto econômico. A função da administração passa a ser pautada na organização e no controle do trabalhador para que produza mais e melhor com o mínimo de custos, para isso a supervisão ocorre desde o planejamento até a execução das atividades. Essa relação da administração escolar com administração empresarial deve ser mais bem analisada para que se compreendam os condicionantes que influenciaram as práticas desenvolvidas dentro das escolas. Na realidade o objetivo era que as escolas alcançassem padrões de eficiência determinados para empresas e outras organizações. Para isso era necessário estabelecer alguns critérios que Félix destacou.

Félix (1989) salienta que “a função da administração é, portanto, de exercer pleno controle sobre as forças produtivas, o que ocorre desde o planejamento do processo de produção até o controle das operações executadas pelo trabalhador” (p.35).

3 | CONCLUSÃO

Dessa maneira concluímos que existe uma estreita relação entre administração e o sistema capitalista, pois no que se refere ao controle do trabalho, com intuito de produzir

lucro, alguns princípios são adotados pela administração tais como racionalização, produtividade, eficiência, especialização de funções como forma de expandir o capital através da exploração do trabalhador. Esses princípios são determinados pelo próprio sistema, a administração vem apenas legitimá-los.

A escola ao utilizar o modelo proposto pela administração de empresas reproduz suas orientações de organização hierárquica, seus critérios de avaliação, acompanhamento e controle do trabalho, esta relação foi historicamente construída pelo sistema capitalista. Desta forma ultrapassa o aspecto teórico e se concretiza na estrutura e no funcionamento do sistema escolar.

Caracterizando o contexto apresentado acima, a eficiência e a racionalidade dos processos administrativos eram o enfoque em vigor, fundamentado nos princípios teóricos advindos da Europa e dos Estados Unidos da América, sob a égide da escola clássica da administração, onde a prevalência estava fundamentada na economia, na produtividade dos processos administrativos, em detrimento dos aspectos humanos e éticos que foram colocados no plano secundário.

Logo, a administração escolar, influenciada pelos argumentos clássicos da administração criou uma visão de diretor como controlador, pois fica evidente a divisão de papéis dentro do ambiente escolar, com prevalência do chamado “pragmatismo instrumental” (SANDER 1995, p.13) que objetivava a resolução de problemas administrativos através da execução de técnicas racionais.

Convém destacar que a escola vinha ocupando um papel primordial no âmbito do desenvolvimento científico e econômico do país, logo a efetivação de uma administração escolar que contribuísse para esse crescimento industrial fazia-se urgente e segura, ou seja, uma alternativa fundamental para a consolidação das bases e finalidades educacionais, que atendessem a um modelo burguês, ou seja, para que se educa, quais objetivos a educação precisar ter, como ela se justifica, baseada em quais princípios. São questões que devemos pensar quando tratamos do modelo de administração escolar denominado de técnico-científico, por esse perpassam ideologias, que camuflam suas relações com as estruturas da economia, da política, da sociedade e seus impactos nas políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DEMerval, Saviani. **O legado Educacional do Regime Militar**: Caderno Cedes, Campinas, vol 28, n.76, p. 291-312, set. /dez. 2008. Disponível em www.cedes.unicamp.br

DRABACH, Neila Pedrotti, MOUSQUER, Maria Elizabete Londero. **Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar**: mudanças e continuidades. Currículo sem fronteiras, v.9,n.2,PP.258-285, jul/dez 2009.

FÉLIX, Maria de Fátima Costa. **Administração escolar**: um problema educativo ou empresarial? São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. Coleção educação contemporânea.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da educação no Brasil (1926-1996)** / Marcos Cezar de Freitas, Maurilane de Souza Biccas. In: Biblioteca básica da história da educação brasileira; v.3. São Paulo: Cortez, 2009.

FRIGOTTO Gaudêncio, CIAVATTA Maria, RAMOS Marise. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. In: A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. Maria Ciavatta. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. José Carlos Libâneo, João Ferreira de Oliveira, Mirza Seabra Toschi. 10 ed. rev. e ampl. In: Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/ coordenação Selma Garrido Pimenta. São Paulo: Cortez, 2012.

MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a Pedagogia moderna**. trad. OLIVEIRA, Newton Ramos de. 2. ed. Campinas, SP: editora Alínea, 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes Reforma Capanema**. In: Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-capanema/>>. Acesso em: 07 de out. 2016.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. trad. TAVARES, Isa. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **A Gestão da Educação Ante as Exigências de Qualidade e Produtividade da Escola Pública**. Publicado em: SILVA, Luiz Heron da; org. In: A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis, Vozes, 1998.p. 300-307

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: introdução crítica**.16.ed, São Paulo, Cortez, 2010.

SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina**: construção e reconstrução do conhecimento. Campinas, SP: Autores Associados, 1995, Coleção educação contemporânea.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-29-1

